



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008936-60.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
Requerente: **LUIS BRAGATTO**
Requerido: **ALEXSANDRO DE JESUS PEDROSO EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel ao réu, o qual lhe ficou a dever valores a título de aluguel e despesas de água e luz, consoante demonstrativo que realizou.

Já o réu em contestação admitiu a existência de débito para com o autor, mas ressalvou que ele corresponderia a R\$ 6.000,00, além das despesas de água e luz.

Como se vê do relato de fl. 37 o réu não impugnou especificamente os fatos articulados pelo autor.

Ademais, sequer se pronunciou detidamente sobre os meses em que teria deixado de pagar os aluguéis convencionados, muito embora fossem detalhados na petição inicial.

Deixou, por fim, de apresentar os comprovantes de pagamentos supostamente feitos ao autor, o que seria imprescindível para demonstrar o cumprimento da obrigação a seu cargo no particular.

A alegação genérica de que a dívida seria de R\$ 6.000,00 não o beneficia, até porque desacompanhada de justificativa alguma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, valendo ressaltar que isolada prova testemunhal não teria o condão de modificá-lo, máxime porque não se destacou em que aspecto isso teria eventual relevância.

O único ponto em que não vinga a postulação concerne ao cômputo dos honorários advocatícios constantes da tabela de fl. 03.

Isso porque é certo que a Lei nº 9.099/95 tem por desiderato franquear o maior acesso ao Poder Judiciário, tanto que dispensa a obrigatoriedade da presença de Advogado nas causas até vinte salários mínimos (art. 9º, caput).

Vai além e determina em seu art. 55, caput, que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários advocatícios, ressaltados os casos de litigância de má-fé.

Assentadas essas premissas, o pedido de ressarcimento feito pelo autor não prospera, sob pena de configurar violação às avessas dos aludidos preceitos normativos.

Por outras palavras, ele permitiria em última análise à condenação vedada expressamente no art. 55, caput, desse diploma legal, não podendo bem por ter guarida.

Nem se diga que a existência de cláusula contratual prevendo esse montante alteraria o panorama traçado, já que ela à evidência não teria o condão de sobrepor-se a explícita disposição legal em sentido contrário.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 13.885,52, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**